



**AS CONFERÊNCIAS DE MEIO AMBIENTE E O
ENSINO DE GEOGRAFIA:
construindo uma proposta em São Pedro da Aldeia/RJ**

*Felipe de Souza Ramão*¹
felipesouzaspa@gmail.com

Resumo

A Rio + 20 será uma grande conferência sobre o meio ambiente e sua relação com o desenvolvimento. Esta conferência terá a participação de vários países, e importantes pessoas, que tentarão dar um novo caminho para o mundo. Logo, esta importante discussão muitas vezes está longe do domínio de muitas pessoas, logo, a escola é um espaço fundamental para o diálogo. Este artigo oferece uma proposta de ensino utilizada em São Pedro da Aldeia/RJ, que foi baseada na produção de trabalhos sobre meio ambiente e no evento de integração de todas as escolas municipais. Será mostrado como esta proposta foi desenvolvida e a importância de ampliação do debate do meio ambiente.

Palavras-Chave

Ensino de Geografia, Meio Ambiente, Conferência

**THE CONFERENCES OF ENVIRONMENT AND THE
GEOGRAPHY TEACHING:
building a proposal in São Pedro da Aldeia/RJ**

Abstract

The Rio + 20 will be a big conference about the environment and your relation with the development. This conference will have the participation a lot of country, and important people, that will try give a new way for the world. However, this important discussion, it is often external to the knowledge of the population, so, the school is a fundamental space for the dialogue. This article shows a teaching proposal utilized in São Pedro da Aldeia, that was based on production work on the environment and an integration event among all municipal schools. It will be shown how this proposal was developed and the importance of broadening the debate on the environment.

Keywords

Teaching Geography, Environment, Conference

¹ Professor do Curso de Geografia da Fundação Educacional da Região dos Lagos (FERLAGOS). Coordenador de Geografia do 2º Segmento da Rede Municipal de São Pedro da Aldeia (RJ) e Professor da SEEDUC/RJ. Pós-Graduação em Ensino de Geografia pela UERJ-FFP, São Gonçalo (RJ). Pós-Graduação em Educação Ambiental, IFF. Cabo Frio (RJ). Rua Expedicionário da Pátria, no. 801. São Cristóvão. Cabo Frio (RJ). CEP 28909-480

Introdução

A discussão sobre o meio ambiente se faz extremamente necessária, relevante, e, atualmente, é um tema em voga, de extrema responsabilidade e preocupação de todos, ao mesmo tempo, esse tema causa controvérsias e ambiguidades, pela falta de profundidade teórica e epistemológica em alguns momentos, que causa uma superficialidade; uma proliferação de discursos vazios, com intensa estratégia, provocando o que Rodrigues chama de “cortina de fumaça”. (RODRIGUES, 2006). Outro ponto complementar a ser destacado é a banalização do tema, alastrado nos discursos dos mais diferentes segmentos da sociedade, e, tido como ponto geopolítico pelos principais governos do mundo.

Para compreender a profundidade da condição do espaço atual, degradado em larga escala e com a possibilidade da insuficiência de recursos importantes no futuro, é preciso um esforço hercúleo, principalmente no que tange a concepção de desenvolvimento, peremptoriamente, sua espacialidade no sistema capitalista. O exame dessa concepção cimeta a responsabilidade da sociedade capitalista pela globalização da degradação ambiental em ritmo acelerado, concomitantemente, avisa-nos acerca de uma densidade de degradação, raciocínio análogo ao de Milton Santos, quando o autor demonstra a densidade técnica e de informação, uma forma descontínua e estratégica de espacialização (SANTOS, 2008).

Contemplando a análise de Gonçalves, em qualquer análise sobre o desenvolvimento e sua relação com o meio ambiente são buscadas “soluções” dentro do próprio modelo de desenvolvimento, principal ponto de reflexão para a compreensão da degradação ambiental em larga escala, dando origem a adjetivações e a “novas” vertentes de uma mesma concepção, ou seja, realidades fora ao desenvolvimento não são admitidas (GONÇALVES, 2004, 2006). O autor esclarece que:

A ideia de desenvolvimento, tal como existe na sociedade moderno-colonial, pressupõe a dominação da natureza, mas, para isso, é preciso que se construam determinadas condições jurídicas e políticas para que as técnicas de dominação da natureza possam se desenvolver. Assim, des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza ; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separa-los entre si, individualizando-os. (GONÇALVES, 2004 p.39)

Assim, o tema meio ambiente ou a relação do desenvolvimento com o meio ambiente são passíveis de diversas análises, o que se percebe, por exemplo, no decorrer

dos encontros, conferências e da construção de concepções, que tentam tratar da temática em questão, e, muitas vezes, omitem as questões políticas e econômicas. O próprio Gonçalves afirma no seu célebre artigo: “Notas para uma interpretação não-ecologista do problema ecológico”, que a questão ecológica é essencialmente uma questão que afeta outros pontos, como o social, o político e o econômico, o cultural, etc (GONÇALVES, 1982); afastando assim as abordagens denominadas de ecocêntricas (SOUZA, 2005).

A Conferência Rio + 20, que ocorreu em meados de 2012, é, sobretudo, um desdobramento de outras conferências, que ocorrem em caráter global desde 1972, a partir da primeira conferência de meio ambiente em Estocolmo, Suécia; posteriormente, da segunda conferência mundial de meio ambiente no Rio de Janeiro em 1992. Além disso, relatórios, encontros e outras conferências de menor porte abasteceram as discussões sobre o meio ambiente até a Rio + 20. Assim, uma conferência seria uma forma de discussão entre países sobre o meio ambiente, já que se tem uma preocupação e uma responsabilidade conjunta, contando ainda com a participação popular, ocorrida em alguns eventos a partir de uma conferência alternativa, como na Rio 92, e, na própria Rio + 20.

É relevante afirmar que essa participação popular ocorre, infelizmente, sem a ligação devida com a conferência dos chefes de estado, não tendo o poder deliberativo, contrariando a ideia do Relatório Brundtland ou de inúmeros discursos que lançam a responsabilidade para todos. Desse modo, os importantes debates são historicamente restringidos a um grupo específico de atores sociais, o que é uma grande falha desse sistema de conferências.

A partir de toda essa atmosfera conturbada, apresenta-se nesse artigo um projeto que foi realizado no município de São Pedro da Aldeia, interior do estado do Rio de Janeiro, em uma região conhecida tradicionalmente como “Região dos Lagos”, de turismo, sol, praias, pesca, sal e da laguna de Araruama, ou seja, onde o meio ambiente está intimamente ligado com a prática espacial da população.

O projeto foi construindo a partir do direcionamento e do apoio da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Ciências², dirigido ao 2º segmento da rede municipal, contando com a participação efetiva de 11 escolas, com professores, direção, alunos e comunidade. Tem-se como principais objetivos desse trabalho: [I] Atuar

² Foi de fundamental importância o auxílio da Coordenadora de Ciências Fernanda D. Terra Rodrigues para o andamento desse projeto, além da colaboração dos professores, alunos e toda equipe pedagógica das escolas e da Secretaria de Educação de São Pedro da Aldeia.

nessa grande lacuna, entre a responsabilidade coletiva que se prega e as decisões restritas que se tomam [II] Fundamentar a participação de professores, alunos e comunidade na discussão do meio ambiente, almejando uma participação embasada, inclusive, em problemas do município. [III] Promover espaços de discussões democráticos, na esfera da escola e posteriormente em um grande evento de integração entre escolas, comunidades, empresas, órgãos, e, com a colaboração do Horto-Escola-Artesanal, locus da Educação Ambiental regional (sede do evento).

A metodologia do projeto se baseou em três momentos: [I] O trabalho com o professor a partir de palestras e encontros de coordenação, [II] A construção de atividades durante o ano com os alunos e a comunidade [III] Dois dias de “conferência” no Horto-Escola-Artesanal, com mostra dos trabalhos, discussões, palestras, ações realizadas, etc.

Esse projeto, apesar de lançado com uma ligação, até mesmo epistemológica, da Geografia e da Biologia, não se restringiu a esses campos da ciência, já que institucionalmente o meio ambiente é um tema transversal, que deve perpassar pelas diferentes disciplinas do currículo escolar. Inclui consideravelmente conteúdos das diversas disciplinas, outros temas transversais e pretende atingir um grande objetivo da educação e da escola, que é a construção da cidadania. A partir da leitura de Cavalcanti, esse objetivo fica mais claro:

A compreensão de que o exercício da cidadania é relevante nos destinos da cidade resulta na preocupação em formar uma cidadania ativa, crítica, participativa, responsável e aberta para a diversidade; para a potencialidade da vida da cidade, com espaços comuns, de usos e funções múltiplos que procure atender à diversidade das pessoas. Faz parte desse projeto o desenvolvimento de capacidades e habilidades das pessoas para lutarem pela garantia de condições de viver de forma mais plena na cidade, usufruindo de seus benefícios, para além das satisfações de necessidades mais imediatas da sobrevivência e das possibilidades restritas ao lugar onde vivem em seu cotidiano imediato. (CAVALCANTI, 2011 p. 5)

A discussão do tema meio ambiente a partir da ótica dominante

É visível em muitos momentos que o discurso ambiental foi construído e é praticado a partir dos interesses das classes dominantes, e, sobretudo, a partir de um arcabouço integralmente questionável, de uma atmosfera conturbada, dando origem a discursos estratégicos. Marx e Engels apontavam que: as ideias dominantes de uma época são intimamente relacionadas às ideias da classe dominantes (MARX; ENGELS, 2001

apud OLIVEIRA, 2011), portanto, pode-se concluir que o arsenal discursivo, inclusive, na temática do meio ambiente, apresenta um sentido, uma hierarquia e uma lógica.

Marilena Chauí, demonstrando o papel persuasivo e dominador, afirma que o objetivo da ideologia é:

Fazer com que as ideias dominantes pareçam únicas, verdadeiras e autônomas, representando efetivamente a realidade. Ou seja, a formulação das ideologias ambiciona mascarar as contradições da luta de classes e legitimar a ordem dominante. (CHAUÍ, 1982 apud OLIVEIRA, 2011 p. 30).

Adicionalmente, o geógrafo David Harvey ilustra o poder de um discurso, e, todo o seu papel de encantamento, que transforma uma ideia em uma “verdade absoluta”, que será reproduzida e proliferada.

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento. (HARVEY, 2008 p. 17)

No plano prático é visível a atuação das classes dominantes nos assuntos que circundam o meio ambiente, indubitavelmente, atuando para manutenção do poder, e, justificando esse real propósito com argumentos pseudo-ecológicos. Podem-se destacar como a efetivação desse projeto de domínio três pontos:

[I] A remoção de comunidades nativas para a efetivação de áreas de preservação, parques etc. Essa política quase sempre valoriza o controle dos animais e dos vegetais, muitas vezes amenizam questões do espaço físico, no entanto, acentuam os problemas sociais, que devem ser igualmente encarados como problemas ambientais, além disso, essa política visa uma estratégia de deslocar a população pobre, já que definitivamente a política de remoção não ocorre com a população rica. Diegues destaca a ironia da construção do parque de Yellowstone em 1872, que é simbólico como o primeiro parque de conservação da vida silvestre do mundo, e, foi concretizado a partir da remoção de comunidades indígenas. (DIEGUES, 2008)

[II] A criação de organizações ou o uso de organizações já existentes, e, de instrumentos oficiais da classe dominante, como uma forma de legitimar os discursos, principalmente, tratando-se de grandes organizações como a ONU, vinculada a muitas conferências; a UNESCO, que lançou o programa “o homem e a biosfera” na década de 70, liderado por Maurice Strong, criador da concepção de ecodesenvolvimento; o Clube de Roma, organização formada por grandes empresas, políticos, com o aval tecnológico

do MIT (Instituto Tecnológico de Massachussets – EUA) e, de relatórios como o Relatório Brundtland, de 1987, (fazendo referência à ministra norueguesa), grande marco na popularização da concepção de desenvolvimento sustentável.

[III] A inversão das responsabilidades ou a igualdade de responsabilidades pela degradação ambiental em larga escala. Essa estratégia é visível em diversos momentos das conferências e presente nas várias concepções, que buscam tratar da temática ambiental, sobretudo, omitindo a relação direta entre o padrão de consumo das classes dominantes e a degradação ambiental em larga escala. Percebe-se no Relatório Brundtland a ideia de que todos estão no mesmo barco, (a ideologia do same boat – como ressalta Souza, 2005), concomitantemente, em partes do relatório a numerosa população pobre é apontada como responsável pela degradação em alta escala; no Clube de Roma é feita a mesma relação neomalthusiana entre quantidade de população e impactos ambientais em larga escala. Os países periféricos nesse sentido são responsáveis pelos impactos, e, obrigados a importar a tecnologia verde produzida majoritariamente nos países centrais.

As Conferências mundiais sobre o Meio Ambiente.

No final do século XIX a discussão do meio ambiente já é proferida pela corrente conservacionista dos Estados Unidos, na década de 60 do século XX as questões ambientais passam por um novo momento de ebulição, chegando ao final dessa década com a criação do Clube de Roma, como já citado. Apesar desses pontos marcantes, sobretudo com alguns encontros e conferências locais/regionais, é no início da década de 70, mais precisamente em 1972, que se tem o marco das discussões ambientais em uma escala global, com a Primeira Conferência de Meio Ambiente do mundo, que acontece em Estocolmo, na Suécia.

Segundo Oliveira, a escolha de se promover uma conferência de meio ambiente na Suécia não é fortuita, e, obedece a alguns pontos primordiais, citados nos três itens anteriormente (OLIVEIRA, 2011). Assim:

A realização desta conferência em um país da Escandinávia adequava-se perfeitamente como a exibição de um mostruário do “capitalismo avançado”, demonstrando que este evento não objetivou um debate consistente sobre a problemática ambiental. O plano inicial, ao que tudo indica, era fazer com que os representantes dos ditos países subdesenvolvidos apenas coadunassem com as propostas dos países centrais e se submetessem às suas normas, com a

permanência de dependência econômica, política e tecnológica. (OLIVEIRA, 2011 p. 40)

Mais do que uma conferência de conciliação entre países e da relação entre a economia e o meio ambiente, Estocolmo 72 significou um duelo entre propostas divergentes, um confronto ideológico daqueles que buscavam diferentes visões do desenvolvimento: o desenvolvimento, decisivamente, assimilado como crescimento econômico (países subdesenvolvidos); e, daqueles que proferiram o discurso do crescimento zero (países desenvolvidos). O mais interessante, é que os países desenvolvidos lançaram a proposta de congelar o crescimento dos países pobres, sendo imunes a esse processo, baseando-se na teoria neomalthusiana, que defende a relação de quanto maior a população maior o impacto ambiental, propagada no documento "Limites do Crescimento" (1971).

Assim, Estocolmo 72 significou mais um duelo do que um acordo, e, deixou de forma secundária e obscura a discussão de como agir em virtude dos grandes impactos ambientais ou quais as possibilidades da relação entre sociedade e natureza.

Ao final da Conferência de Estocolmo, ficaram evidentes as contradições com feições *momentaneamente* insuperáveis, entre os interesses econômicos calcados na divisão internacional do trabalho e os pressupostos ecológicos. A obliteração da natureza, apesar de "combustível" passível de escassez, foi negligenciada. (OLIVEIRA, 2011 p.47)

O Brasil estava no lado dos países subdesenvolvidos, e, questionava a ideia de crescimento zero, pois estava no momento de um vigoroso crescimento econômico, avançando no processo de industrialização e de urbanização do território, e, contraditoriamente, ampliando a desigualdade social, as diferenças econômicas regionais, e, por fim, em um regime de ditadura, que perdurava desde no ano de 1964.

Mesmo tendo vários pontos negativos e de incongruência a Conferência de Estocolmo deixou alguns legados. Oliveira destaca o pioneirismo da conferência, no que se diz respeito a uma escala mundial, além, da produção da Declaração de Estocolmo, assinada ao final do evento, e, do plano de ação para política ambiental, que abarcava 109 recomendações, em prol do meio ambiente (OLIVEIRA, 2011).

Bertoldi realiza uma breve análise sobre a conferência de Estocolmo, com o fito de observar a evolução do direito ambiental. Para autora:

O resultado imediato desta Conferência foi a aprovação de uma Declaração de princípios sobre o meio humano, denominada Declaração de Estocolmo; em seu texto, um preâmbulo e 26 princípios, abordaram-se as principais questões que assolavam o planeta naquela época, recomendando critérios programáticos para sua salvaguarda. (BERTOLDI, 2007 p.03-04)

Com o desenrolar das décadas e o desdobramentos dessa discussão em outros eventos, conferências e relatórios, foi possível observar a introdução e o reforço de novas ideias e concepções, como a de ecodesenvolvimento, de desenvolvimento sustentável, economia verde etc., concomitantemente, percebe-se o permanente interesse de expansão do domínio das classes dominantes através de várias estratégias, como: a reprodução de discursos ideológicos (como os citados); a gestão de recursos naturais dos países periféricos pelos países centrais, como sugere Oliveira (2006); a transferência de tecnologia “verde”, que tem o fluxo majoritário dos países centrais para os periféricos, entre outros pontos já citados.

O desenvolvimento sustentável é uma concepção lançada em um documento da ONU em 1980 (SOUZA, 2005); será popularizada a partir do Relatório Brundtland, em 1987, e, será a concepção-base da Segunda Conferência Mundial do Meio Ambiente, a RIO 92 ou ECO 92. Essa concepção apresenta várias incongruências, desde a própria definição, que apresenta uma grande variedade; a forma de atuação, apresentando-se como uma solução, dando conta teoricamente de problemas multiescalares, principalmente, como ressalta Souza (2005), de questões como o lixo, até o efeito estufa; mantêm o desenvolvimento capitalista, não criticando, apenas criando uma adaptação, uma adjetivação ou qualificação, entre outros fatores; apresenta uma complexidade de análise inerente ao juntar as concepções de desenvolvimento e sustentabilidade.

Atualmente, muitos autores se perguntam: o que é sustentabilidade? Além dessa pergunta trivial, mais perguntas surgiram, tornando o tema mais complexo, apontando as lacunas e denunciando a pouca clareza do termo. Assim, pode-se questionar: Qual a sustentabilidade do desenvolvimento sustentável? Como conseguir essa tal sustentabilidade? É uma meta, um caminho ou um ponto de chegada? É uma atitude ou uma necessidade? Quem são os maiores responsáveis pela degradação ambiental em larga escala? Existem graus de sustentabilidades? Como medir a sustentabilidade ou como chegar ao sustentável? A sustentabilidade é para quem ou para quê? Essas questões embaralham até os maiores defensores do desenvolvimento sustentável, pois há um vazio ou respostas sem profundidade.

A falta de profundidade leva a pensar na estratégica visão de ter uma concepção de vazio teórico, facilmente manipulável, e relacionada com a visão da classe dominante. Não há uma espécie de cooptação, como se houvesse uma concepção pura que foi “amaldiçoada” pelo capitalismo neoliberal e pelas classes dominantes, há, verdadeiramente, um uso dos agentes dominantes de uma noção vazia, ambígua,

tendenciosa e abstrata, que não veio alterar a estrutura do capitalismo, o modo de produção, a relação sociedade-ambiente, e, principalmente, a posição de destaque de quem domina. A sustentabilidade defendida joga apenas uma mancha verde na tela da degradação ambiental, cada vez mais globalizada, por sinal.

Assim, é visível, que o desenvolvimento sustentável não se preocupa com as necessidades presentes, objetivo traçado no Relatório Brundtland de 1987, e, tampouco futuras da sociedade, pois não é objetivo do sistema capitalista a satisfação dos interesses coletivos, mas sim a manutenção de classes sociais desiguais (OLIVEIRA, RAMAO, MELO, 2011).

A partir da imposição do desenvolvimento sustentável como panaceia para a degradação ambiental, em 1992, no Brasil, ocorreu a Segunda Conferência Mundial do Meio Ambiente, conhecida como ECO-92, que significou um grande marco nas discussões ambientais, tendo a participação da delegação de vários países do mundo, reunidos em eventos fechados. Paralelamente, ocorreu a reunião de várias ONGs (organizações não-governamentais), pesquisadores, ambientalistas, enfim, a sociedade civil, de certa forma excluída das discussões, até então restrita aos líderes políticos, e, preocupada em discutir as questões ambientais, inevitáveis naquele momento.

A ECO 92 teve alguns pontos nevrálgicos, como o discurso de uma criança canadense, Severn Suzuki, contestando o modelo de consumo vigente, ambientalmente destruidor, e, que para muitos, foi um discurso que parou o mundo e calou os líderes políticos de vários países por alguns minutos, no entanto, pode ser visto apenas como uma parte dramática de todo o cenário montado na Conferência. A jovem anunciava a preocupação com as gerações futuras, ideia-chave do desenvolvimento sustentável, proferida no relatório Brundtland.

A disputa de Estocolmo 72 deu lugar ao falso consenso da ECO 92, ilustrado pelo desenvolvimento sustentável, que colocava “todos no mesmo barco”, moradores do mesmo Planeta, igualando a responsabilidade, apresentando uma forma idílica de reflexão do “desafio”. Por conseguinte, as contradições permaneceriam em todos os momentos, inclusive na ideia da conferência para os chefes de Estado e outra para a população, delimitando quem tem o poder para decidir a questão ambiental, mesmo sendo um tema banalizado e ao alcance de todos.

A construção de documentos oficiais também foi um ponto eminente na ECO 92, repetindo a tentativa de Estocolmo, desse modo, foram criadas a Agenda 21 global e Agenda 21 local, consideradas importantes para a reflexão e a aplicação dos países,

tendo em vista a iminência do novo século, o que também é alvo de críticas, quando se enxerga uma deturpação dos documentos em seu aspecto geral e na execução completa, para uma adoção restrita de países, de alguns pontos dos documentos. Após esse evento no Rio de Janeiro, tivemos outros eventos marcantes, todavia, sem a presença de tantas delegações e sem o caráter grandioso da Eco 92, que foram as Conferências chamadas de RIO + 5 e Rio + 10.

De forma sintética, L.D. de Oliveira exprime o significado da ECO 92:

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida de maneira geral como Rio-92 ou Eco-92, foi um mega-evento que construiu um simulacro espacial cujo objetivo foi a celebração das diretrizes dominantes sobre a questão ambiental sob o manto da ideologia do Desenvolvimento Sustentável. A trajetória da construção do ideário do Desenvolvimento Sustentável, que objetiva ser consensual na busca da aproximação entre desenvolvimento e meio ambiente, só atingiu seu intento quando o debate de uma melhor utilização da natureza inseriu-se na ordem econômica vigente, de acordo com o contexto político-econômico mundial no período da conferência. Há, sem dúvidas, uma profunda relação entre uma Geopolítica dos Estados-Maiores e as implicações e resiliências do lugar onde uma conferência ocorre. Partimos assim do pressuposto que a escolha do lugar onde ocorreu a conferência (neste caso em específico, o Rio de Janeiro — Brasil), os movimentos no decorrer da realização da cúpula e o próprio legado socioespacial são fatos eminentemente geográficos que expressaram em sua plenitude uma nova logística espacial em nível global. (OLIVEIRA, 2011 p.6 -7)

No ano de 2012, no Rio de Janeiro, depois de 20 anos da Eco 92 e de 40 anos do início simbólico das discussões ambientais em caráter global, ocorreu a Rio + 20, evento que apareceu como indispensável nas discussões ambientais, tanto no caráter nacional, em um país extremamente modificado e diferente do Brasil de 1992; mais urbanizado, mais industrializado, com mais práticas de queimadas, desmatamento, com um plantio de soja grandioso, além de outras monoculturas de intenso impacto, além da exploração do petróleo, em um novo momento com o pré-sal, que trará além de lucro (restrito), diversos impactos ambientais; quanto em um caráter global, de países com graves crises econômicas (inclusive os países mais desenvolvidos), e que, resistem na ideia de impedir o crescimento econômico para introduzir práticas de conservação e preservação, mostrando uma visão de meio ambiente contrária à visão econômica.

A Rio + 20 apareceu como imprescindível, tendo em vista o atual estágio da degradação ambiental, e, a realidade de produção, consumo e descarte da sociedade de consumo, peremptoriamente, referindo-se ao padrão de consumo das classes dominantes, presentes majoritariamente nos países desenvolvidos, também presentes nos países subdesenvolvidos. E, acima de tudo, a Rio + 20, mostrou-se como um evento eminentemente estratégico, que poderá simplesmente ignorar o quadro descrito anteriormente, para privilegiar aspectos políticos, econômicos e ideológicos, o que já é

visível, inclusive, na escolha da data, que seria na primeira semana de junho, para coincidir com o dia mundial do meio ambiente, dia 5 de junho³, mas, será nas semanas posteriores, já que a data inicial teria a ausência de vários países europeus, que estariam comemorando 60 anos de coroação da rainha Elizabeth (entre os dias 4 e 6 de junho).

Um espaço de diálogo na escola: a proposta de uma conferência.

Fez-se uma discussão breve, mas de extrema denúncia, sobre o caráter ideológico da análise do meio ambiente, que pode ter diversas nuances, a partir de vários olhares, mas, que, quase sempre, paira em uma essência de vínculo com as classes dominantes. Omitir toda a atmosfera geopolítica do meio ambiente no Ensino significa compactuar e reproduzir com os ideais ideológicos, manter a estrutura enrijecida de controle e consumo dos recursos, e, não oferecer uma possibilidade de reflexão crítica da questão ao aluno.

A ideia de construir uma conferência na escola, já foi implantada anteriormente, a partir de uma proposta do governo federal. No entanto, os objetivos estavam calcados em uma discussão mais geral sobre o tema meio ambiente, e, a partir de diretrizes amplas, muitas com caráter “celebrativo”, o que difere da presente tentativa, que pretende dar um caráter mais crítico, buscando o cerne da questão e atendendo as realidades gerais e específicas de um município.

É visível que eventos importantes ocorrem, na cidade, no estado ou no país, e, parte dos alunos, ora desconhecem o acontecimento ora não reconhecem a importância, e, não identificam o seu papel no momento. Essa falta de informação causa um hiato no exercício da cidadania, restringindo, e, em certos momentos, elitizando discussões relevantes e necessárias obrigatoriamente para toda a população.

A função do professor nesse momento é promover a construção do conhecimento na sala de aula, no caso específico, tratando de uma temática deveras importante, considerada como um tema transversal, e, que sofre em determinados momentos com a multiplicidade de visões, ora desarticuladas, ora superficiais e reprodutoras da ideologia dominante. Na ECO 92, grandes debates foram tratados na “conferência alternativa”, logo, será possível almejar o mesmo objetivo na escola,

³ O dia 5 de junho foi consolidado com dia mundial do meio ambiente por ser o primeiro dia da primeira conferência mundial sobre o meio ambiente, em Estocolmo 72. Logo, não é um dia fortuito, possuindo um imenso significado simbólico relevante.

fugindo do projeto de um evento festivo, e, entrando na atmosfera profunda e conturbada das discussões ambientais.

É possível caminhar nesse projeto a partir de propostas socioconstrutivistas, delineadas por Vygotsky, e, que possuem a abordagem geográfica de Lana Cavalcanti. Desse modo, busca-se experimentar uma conferência, uma prática empirista, e, dentro desse processo, construir todo um conhecimento sobre meio ambiente, sobre as conferências já existentes, sobre a degradação ambiental, sobre as tentativas de superação desses problemas, sobre a realidade de países envolvidos nessa discussão, e, sobre a realidade e o campo de ação local.

Será fundamental a atividade de pesquisa, e, concomitantemente, a interação do conhecimento do aluno com o conteúdo da disciplina, o que Lana Cavalcanti chama da relação entre a Geografia científica e a Geografia do cotidiano (CAVALCANTI, 2008), que contribuirá para a construção da aprendizagem. Aliado a essas preocupações, será extremamente necessário o planejamento desse projeto a partir da realidade da escola, podendo ser um projeto meramente disciplinar ou alcançando outras disciplinas, aproveitando o caráter interdisciplinar e transversal do assunto.

A atividade de pesquisa do projeto foi direcionada a partir de temas gerais, que contemplaram as principais angústias da condição do meio ambiente atual em um contexto global. É importante delinear temáticas que abordem diretamente ou indiretamente questões sobre: o uso de fontes de energia, o consumismo, a produção de lixo, a poluição nas suas mais diferentes facetas, as formas de atuação para a preservação e conservação do meio ambiente. Esses temas gerais foram construídos a partir da realidade e da necessidade de cada escola, em determinados momentos, de cada turma, que apresenta uma dinâmica diferente e uma evolução distinta. Uma saída foi a abordagem de temas por eixos, como: [I] Impactos ambientais – logo, destacando os impactos no solo, nos ambientes aquáticos, a poluição do ar, a produção do lixo, etc [II] A questão da energia – abordando as fontes de energia renováveis e não-renováveis, o uso e o consumo, etc. [III] As formas ou medidas amenizadoras – que podem significar projetos existentes, ou medidas criadas, etc.

Será importante não cometer um equívoco comum nas análises sobre o meio ambiente, onde há uma *aniquilação das causas em virtude das consequências*⁴, onde se discute o destino do lixo, sem se discutir a origem do lixo, ou os motivos da grande

⁴ Esse raciocínio é trabalhado especificamente no esforço sobre a incorporação do desenvolvimento sustentável no ensino de Geografia, em RAMAO (2010).

produção de lixo e como agir na redução da produção de lixo; onde há uma discussão sobre fontes de energia, sem a discussão sobre a desigualdade e sobre a possibilidade de redução do consumo. A análise deve ser estabelecida a partir da noção de processo, onde há a causa e a consequência, e, sobretudo, há o estabelecimento de fatores econômicos, políticos, sociais, culturais, e, a questão não deve ser apenas vista no seu estágio final, mas em todos os estágios, para que as medidas possam atuar no cerne do problema.

Adicionalmente, foi necessário criar uma temática local, que contemple algum tipo de degradação ambiental ou algum modo específico de relação da sociedade e natureza, que aconteça na escala do bairro da escola ou do município. A ideia de se ter uma temática local tange na proposta de diálogo do global com o local, que aconteceu, por exemplo, na construção da Agenda 21 (local e global) na ECO 92; também, de se trabalhar especificidades do espaço local, quase sempre deslocada do Ensino de Geografia e de outras ciências; e, buscar alimentar o olhar geográfico do aluno para os problemas do cotidiano, nesse caso, assumidos como uma questão de meio ambiente. Assim, almeja-se utilizar mais uma vez as experiências dos alunos, e comunidade em geral, que foram acionadas para uma análise mais profunda, que tenha uma relação e um sentido para o aluno.

A história local não deve ser tratada nas escolas como um conteúdo isolado dos demais, de forma estanque, especialmente dentro de um universo cada vez mais influenciado pela globalização. Ela constitui uma ferramenta metodológica importante para compreensão do mundo no qual o aluno está inserido. (GONÇALVES, 2007 apud MOREIRA; CARNEIRO, 2010 p. 30)

Logo abaixo, será mostrado um esquema explicativo que norteia esse trabalho, como uma forma de síntese, ilustrando os objetivos, que passam desde questões conceituais, até questões procedimentais e atitudinais, contemplando, ainda, suas relações.

Estará claro também um caminho a ser sugerido, em busca de alguns marcos iniciais e finais, que transcendem as preocupações geográficas. Assim, busca-se ilustrar os fundamentos teóricos desse trabalho, sem enrijecer o conteúdo e a metodologia, que poderá sofrer acréscimos ou reduções a partir da evolução do trabalho em cada escola.

Esquema da ligação global/local do meio ambiente.

Construir o vínculo do aluno com o meio ambiente, e, compreender a relação da sociedade com a natureza no seu caráter local/global.

Compreender o desafio ambiental, a partir das conferências e das concepções.
Entender que o espaço de vivência do aluno é meio ambiente.

Entender a origem dos impactos, a relação com os sistemas econômicos e o papel das classes dominantes na dita "crise ambiental".

Analisar a construção do espaço do bairro e do município, principalmente, a relação das práticas espaciais locais com o meio ambiente.

Criar no aluno uma capacidade crítica, para compreender os aspectos globais e locais da relação da sociedade e natureza, relacionando os múltiplos fatores nessa complexa análise.

Estimular o exercício da cidadania e da conservação do ambiente, e, a participação do aluno nas discussões ambientais, através da conferência na escola, na participação na conferência de integração e em discussões de diferentes escalas.

*Esquema produzido por Felipe de Souza Ramão.

Considerações Finais

Algumas conferências, relatórios, entre outros eventos que trataram do meio ambiente sofreram inúmeras críticas por serem mais uma forma protocolar e oficial de discussão, do que uma atitude real de mudança. Obviamente, essa crítica funde no propósito de manutenção de poder das classes dominantes, como já mencionado, e, perpassa pela ideia da elitização de um problema coletivo, ou seja, uma minoria, no caso, chefes de estado, defendendo também interesses de grandes corporações, decidem o destino de bilhões de pessoas, sendo passível ainda a redução desse grupo, caso pensarmos na hierarquia existente entre os países, que exprime quem tem o maior poder de decisão.

Dessa forma, faz-se iminente a democratização da discussão do meio ambiente de maneira profunda, capacitando e conscientizando a população, sem restringir esse papel à escola, mesmo sendo consciente da importância fundamental do espaço escolar, e, buscando interagir com as mais diferentes visões e conhecimentos, também não limitando a compreensão do que é conhecimento. Exigir ou cobrar uma gestão participativa sem dar ferramentas para fundamentar o pensamento da população pode ser considerada uma outra estratégia de domínio ou de manutenção de uma ordem.

Construir uma conferência de meio ambiente na escola, partindo de um olhar geográfico, que por essência epistemológica abrange ou contempla múltiplas visões, é proporcionar uma forma alternativa de aplicação do conteúdo e de construção do conhecimento, exatamente pela capacidade metodológica da ciência geográfica se comunicar com outras ciências.

A conferência tende a ser um espaço dinâmico de exposição de ideias, de identificação e de tentativas de superação dos graves impactos ambientais; um momento de encontro de diferentes ideias, um momento de conflitos, ao mesmo tempo, da reunião de visões similares, que, sobretudo, poderão no final contribuir para a construção do conhecimento dos alunos. Foi possível perceber ações imediatas no município de São Pedro da Aldeia com a inclusão do projeto, como o trabalho de revitalização do espaço escolar, da reutilização de objetos, da denúncia de impactos ambientais locais e regionais, do conhecimento do meio ambiente local, e, de inúmeras medidas que surgiram e foram aplicadas no decorrer do projeto.

Decisivamente, esse processo não visa apenas um desejo de aplicar o conteúdo meio ambiente, todavia, pretende-se introduzir uma abordagem teórica e metodológica alternativa, valorizando o conhecimento e o raciocínio espacial do aluno e relacionando com o conteúdo das disciplinas, e, ainda, despertando as competências e habilidades, que verdadeiramente, transcendem qualquer objetivo disciplinar.

É necessário promover um jogo de escalas, concatenando aspectos globais e aspectos locais, mostrando não só diferenças, mas as aproximações, e, da importância do indivíduo na sociedade, principalmente, no que tange aos problemas e as ações compartilhadas. O individual e o coletivo também estarão presentes no processo de construção de conhecimento, já que há momentos de reflexões individuais, como a pesquisa, a formulação de conceitos, e, momentos de discussões coletivas, onde, supostamente, agrega-se conhecimento e, em diversos momentos, há uma transformação na abordagem ou na forma de olhar uma questão, já que nem sempre o processo de construção do conhecimento se dá de forma harmônica, chegando ao questionamento, a dúvida, e, em um conceito reestruturado.

A conferência na escola pode ser pensada de forma disciplinar ou como um ponto de partida para a inclusão de outras disciplinas, contemplando a ideia da transversalidade do tema meio ambiente e de um trabalho integrado. Assim, será importante uma discussão ampla do que cada disciplina pode oferecer e agregar na efetivação da conferência de meio ambiente na escola, dando conta dos distintos

arcabouços epistemológicos, e, tendo um planejamento em conjunto, para evitar um mosaico desconexo de análises.

Mais do que ressaltar um projeto de implementação do tema meio ambiente nas escolas de São Pedro da Aldeia e da construção da Conferência de integração, esse artigo atenta para a necessidade de substanciar a discussão do meio ambiente, ampliar os atores sociais envolvidos, participar na construção do espaço de forma ativa. É possível produzir conferências com esse modelo, a partir desse modelo ou de outras formas nas escolas, e, buscar formas de prolongamento dessas atividades, evitando assim, a ideia de um projeto estanque e sem continuidade.

Assim, mostrou-se uma possibilidade de trabalho sem detalhar profundamente o exemplo de São Pedro da Aldeia pelo projeto não ter sido concluído e por julgar mais importante neste momento apresentar o modelo de uma proposta do que resultados parciais.

Referências

BERTOLDI, Márcia Rodrigues. O direito humano a um meio ambiente equilibrado. In: V Jornada Sobre o Trabalho: sociedade e trabalho no Brasil, concertação e emancipação social no século XXI, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: CEGet/CEMOSi/FCT-UNESP, 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

_____. **A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

_____. A Geografia e a formação para a vida urbana cotidiana: uma contribuição para a cidadania. **ENPEG – Encontro Nacional de Práticas e Ensino de Geografia, 11º, 2011**, Goiânia. Anais... Goiânia, 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6ª edição, Hucitec. São Paulo, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2004.

_____. **A Globalização da natureza e a Natureza da globalização**. Rio de Janeiro Civilização Brasileira. 2006.

_____. Notas para uma interpretação não-ecologista do problema ecológico In: MOREIRA, R.(org) **Geografia: Teoria e Crítica – o saber posto em questão**. Vozes, Petrópolis, RJ. 1982.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; CARNEIRO, Janderson Bax. **Os índios na História da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio – Séculos XVII – XIX**. Graflina, Rio de Janeiro, 2010.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais In: MOREIRA, R.(org) **Geografia: Teoria e Crítica – o saber posto em questão**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. 1982.

HARVEY, David. **Neoliberalismo – história e implicações**. Editora Loyola. São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: Um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (RIO-92)**. 264 p. Tese (doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, UNICAMP, Campinas, 2011.

_____. **A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino da Geografia**. 176 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Formação de Professores (FFP), São Gonçalo / RJ, 2001

_____. **A construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda: um estudo sobre a reestruturação do território** 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Leandro Dias de ; RAMAO, Felipe de Souza ; MELO, Marcos Vinícius Nascimento de. Desenvolvimento sustentável: Reflexões sobre sua prática no ensino da geografia . **ENPEG – Encontro Nacional de Práticas e Ensino de Geografia, 11º, 2011**, Goiânia. Anais... Goiânia, 2011.

RAMÃO, Felipe de Souza. **A Incorporação do Discurso do Desenvolvimento Sustentável no Ensino de Geografia**, 2010. Monografia (Pós-Graduação em Educação Básica – Modalidade: Ensino de Geografia), UERJ – FFP, São Gonçalo / RJ, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Problemática Ambiental = Agenda Política - Espaço, território, classes sociais. **Boletim Paulista de Geografia**. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção São Paulo, nº 83, dez., 2006- p.91 a 110..

2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócioespacial nas Metrôpoles Brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Recebido em 08 de julho de 2012.

Aceito para publicação em 04 de novembro de 2012.